

CAPÍTULO X

Relações de Produção: A Propriedade Organizacional

N O MODO TECNOBUROCRÁTICO DE produção em contraste com o capitalista, não se pode mais falar em capital, entendido este termo como uma relação de produção surgida historicamente com a separação dos instrumentos de produção dos trabalhadores e sua apropriação privada pela burguesia. É preciso ficar claro que capital, nessa acepção específica, que dá origem ao modo de produção capitalista e, portanto, ao conceito de capitalismo, é a propriedade privada dos instrumentos de produção pela burguesia, e deixa de existir no modo tecnoburocrático de produção, na medida em que desaparecem a burguesia e a propriedade privada dos instrumentos de produção.⁴ Só poderemos falar em capital se entendermos este termo como significando o valor monetário dos instrumentos de produção, das matérias-primas e do próprio dinheiro utilizados na produção. Este sentido é talvez mais usual, mas reifica o con-

⁴ Marx afirma, referindo-se à análise de Wakefield sobre as colônias, com a qual concorda neste ponto: "A propriedade do dinheiro, de meios de subsistência, de máquinas e de outros meios de produção não transforma um homem em capitalista, se lhe falta o complemento, o trabalhador assalariado, o outro homem, que é forçado a vender-se a si mesmo voluntariamente... O capital não é uma coisa, mas uma relação social entre pessoas, efetivada através de coisas" (1890, Livro I, p. 885).

ceito de capital, não tendo qualquer utilidade para caracterizar o modo de produção capitalista e o distinguir dos demais modos de produção.

Outra alternativa seria a de definirmos capital como uma relação de produção surgida da separação dos instrumentos de produção dos trabalhadores, sem especificarmos, como parte integrante dessa relação de produção, a apropriação desses instrumentos pela burguesia. Aceita essa definição, continuaria a existir "capital" na formação social soviética, e o argumento que estamos procurando desenvolver no sentido da existência de um modo de produção tecnoburocrático claramente distinto do capitalista perderia grande força. Parece-nos, entretanto, que isto representaria um esforço heróico de abstração, que acabaria esvaziando o sentido histórico do conceito de capital. Seríamos obrigados a pensar em capital sem propriedade privada, em capitalismo sem burguesia. Ora, nada é mais contrário ao método histórico em que estamos nos apoiando do que se entregar a esse tipo de generalização que rouba aos fenômenos históricos toda a sua especificidade.⁵

Com a eliminação do capital, através da estatização dos meios de produção, desaparece o capitalismo e surge em seu lugar o modo de produção tecnoburocrático ou tecnoburocratismo. O desaparecimento da propriedade privada não implica socialismo porque, como observa Cornelius Castoriadis, "a propriedade nacionalizada só pode ter um conteúdo socialista se a classe dominante for o proletariado" (1949, p. 227).⁶ A

⁵ José Arthur Giannotti, citando Marx, deixa muito clara a relação entre capital e propriedade privada. Diz ele: "Todo o problema se resume, portanto, em acompanhar a evolução da propriedade privada e sua explicitação em termos de contradição. Sua primeira forma é evidentemente a propriedade do solo, que se liga a uma primeira forma de trabalho alienado: a lavoura. Nesta altura, a propriedade aparece ainda de um modo ou de outro vinculada a uma concessão sobrenatural e à riqueza como fruto de uma natureza pródiga. Pouco a pouco se incrementam as atividades industriais propriamente ditas. 'Toda riqueza transforma-se em riqueza industrial, em riqueza do trabalho, e a indústria é o trabalho acabado, assim como o sistema fabril é a essência desenvolvida da indústria, a saber, o trabalho e o capital industrial a forma objetiva acabada da propriedade privada'. E, como já vimos, esse processo histórico de formação do capital é acompanhado pela tomada de consciência de que a riqueza tem sua essência subjetiva no trabalho, de maneira que a posse e a propriedade perdem sua legitimação sobrenatural para revelarem paulatinamente seu caráter arbitrário e espoliativo. No apogeu, quando a propriedade privada transforma-se em capital, eclode então a contradição entre o ter e o não ter com toda sua violência" (1966, p. 149-50; a citação de Marx feita por Giannotti é dos Manuscritos econômico-filosóficos: 1.º, 2.º e 3.º. in: *Kleine Ökonomische Schriften*. Berlin, Dietz Verlag, 1955. p. 123).

⁶ Nesse mesmo sentido, observa Herbert Marcuse: "A nacionalização e a abolição da propriedade privada dos meios de produção não constituem, por si sós, diferenças essen-

emergência da tecnoburocracia significa fundamentalmente a transferência do poder e da condição de classe dominante da burguesia para a classe tecnoburocrática. Esta mudança de classe dominante, entretanto, não é um simples fenômeno superestrutural, mas é o resultado de profundas modificações nas forças produtivas e nas relações de produção da sociedade, de forma a definir-se um novo modo de produção distinto do capitalismo e do socialismo. Neste novo modo de produção o Estado continua a ser um Estado de classe, agora diretamente a serviço da tecnoburocracia, e os trabalhadores mantêm-se em sua condição de classe dominada.

A distinção fundamental entre o modo de produção tecnoburocrático e o capitalista encontra-se na natureza das relações de produção respectivas. Estas relações de produção, por sua vez, podem ser melhor definidas a partir da análise do tipo de propriedade existente em cada sistema. A propriedade, segundo Marx, é a forma jurídica de que se revestem as relações de produção. Os modos de produção são categorias históricas em que a forma de propriedade ou, mais precisamente, a relação de produção definida pela propriedade constitui a característica essencial. À propriedade comunitária primitiva, à propriedade antiga, à propriedade asiática, à propriedade germânica, à propriedade feudal, à propriedade capitalista correspondem os respectivos modos de produção. Isto está muito claro nos *Rascunhos* de Marx, em que ele trata das formações pré-capitalistas (1857-58, v. I, p. 434-444).

Se a cada forma de propriedade correspondem relações de produção diferentes, correspondem também classes sociais diferentes. A burguesia é a classe dominante em uma sociedade capitalista. A propriedade capitalista é a propriedade privada do capital pela burguesia, que se define como uma classe social específica, historicamente situada a partir do surgimento do capitalismo, e que desaparece com o advento de um modo de produção tecnoburocrático puro.

Ao modo de produção tecnoburocrático corresponde a propriedade tecnoburocrática, organizacional ou estatal. A propriedade dos meios de produção pertence ao Estado. Por isso, podemos falar em propriedade estatal. Mas é controlada e serve a uma nova classe, a classe dos tecnoburo-

ciais, na medida em que são exercidos e impostos um controle e uma centralização da produção sobre a população" (1957, p. 80). Observe-se que tanto Castoriadis quanto Marcuse estão apenas distinguindo estatização de socialismo. A responsabilidade pela definição de um novo modo de produção é nossa.

cratas, o que nos permite também falar em propriedade tecnoburocrática. Forma-se, assim, uma relação de produção tecnoburocrática correspondente ao surgimento da classe tecnoburocrática. Seu controle dos meios de produção exerce-se na medida em que seus membros ocupam posições administrativas estratégicas nas organizações burocráticas centrais do Estado, nas empresas e institutos descentralizados estatais. A relação de produção tecnoburocrática é, assim, radicalmente diversa da capitalista, na medida em que em uma propriedade é estatal e, na outra, privada.

Esta distinção torna-se mais clara se utilizarmos o conceito de propriedade organizacional. O tecnoburocrata é o burocrata ou técnico que dirige as organizações burocráticas, definidas estas em termos weberianos como sistemas sociais racionais administrados segundo critérios de eficiência. Não apenas o poder, mas a própria existência do tecnoburocrata depende da existência concomitante de uma organização burocrática. Na verdade, a organização burocrática antecede ao tecnoburocrata propriamente dito, porque historicamente primeiro surgem as organizações burocráticas ou semiburocráticas sob o controle patrimonial ou capitalista e só mais tarde o controle efetivo dessas organizações é assumido pelos tecnoburocratas.

O importante, entretanto, é assinalar que, no modo de produção tecnoburocrático, a organização burocrática surge como um intermediário necessário entre os tecnoburocratas e os instrumentos de produção. Ao contrário do que acontece no capitalismo clássico, em que o capitalista possui diretamente a propriedade do instrumento de produção, ou seja, o capital, no tecnoburocratismo o tecnoburocrata tem a propriedade não dos meios de produção, mas da organização burocrática.⁷ E esta organização burocrática, por sua vez, é que detém a propriedade dos instrumentos de produção, das mercadorias e do dinheiro necessários para empregar trabalhadores e realizar a produção. Além disso, a propriedade do tecnoburocrata sobre a organização, ou seja, o efetivo controle da organização, não é realizada individualmente, como acontecia no capitalismo, mas coletivamente por um grupo de tecnoburocratas.

A propriedade organizacional, assim definida, transforma-se em propriedade estatal quando, com a dominância do modo tecnoburocrático

⁷ Observe-se que a sociedade anônima e a constituição de um grupo crescente de acionistas separados do controle dos meios de produção por organizações burocráticas privadas já são um fenômeno de uma formação social mista como é o capitalismo monopolista de Estado.

de produção, a classe tecnoburocrática assume o controle total da organização burocrática maior, que engloba todas as demais: o Estado. Podemos então falar também em propriedade estatal ou tecnoburocrática, da mesma forma que poderíamos utilizar a expressão modo de produção estatal como sinônimo de modo de produção tecnoburocrático.

A distinção essencial entre o modo de produção capitalista e o modo de produção tecnoburocrático baseia-se, portanto, na natureza diversa das relações de produção. No capitalismo, a propriedade é privada e a classe dominante é a burguesia; no tecnoburocratismo, a propriedade é coletiva e a classe dominante é constituída pelos tecnoburocratas. A relação de produção tecnoburocrática está baseada, mais especificamente, na propriedade estatal, ou seja, na propriedade coletiva exercida através de um Estado moderno burocraticamente organizada. Há outros tipos de propriedades "coletivas", expressão que estamos utilizando aqui em oposição à propriedade privada. Temos a propriedade asiática, em que um Estado burocrático-tradicional serve de mediador; temos a propriedade comunal própria da Europa pré-capitalista, coexistente com a apropriação privada feudal, e temos a propriedade socialista.

Preferimos não discutir aqui quais seriam as características da propriedade socialista, na medida em que entendemos o socialismo mais como um projeto a ser realizado do que como uma realidade. Basta lembrar que o socialismo é a sociedade sem classes, em que a propriedade sobre os meios de produção é comum, não se exercendo através da mediação do Estado. É a sociedade em que o Estado não precisa ter desaparecido, mas deixou de ser instrumento de dominação, seja da burguesia, seja da tecnoburocracia. É a sociedade igualitária e democrática em que todos participam com iguais direitos da apropriação do excedente econômico e do governo da sociedade. É a sociedade em que os direitos do homem são respeitados; em que o trabalho deixa de ser mercadoria; em que a produção não se destina a produzir mercadorias com valor de troca, nem assegurar no poder uma classe dirigente, mas a atender as necessidades do homem.

Nenhuma dessas características se realizou-se ainda no mundo. Nos países chamados socialistas, e particularmente nos países que adotaram o modelo soviético, nenhuma dessas características é dominante. O modo tecnoburocrático de produção só se assemelha ao modo socialista de produção na medida em que a propriedade não é privada, mas coletiva. Em

um caso, porém, a propriedade é tecnoburocrática ou estatal; no outro, socialista ou comum a todos.

É preciso, por outro lado, observar que o fato de, na tecnoburocracia, a propriedade ser coletiva não impede que o modo de produção seja antagônico. Em outras palavras, o modo de produção tecnoburocrático implica uma sociedade de classes. E como em qualquer modo de produção antagônico são duas as classes em oposição: a classe tecnoburocrática e a classe trabalhadora. Estas duas classes, como no caso da burguesia e da mesma classe trabalhadora, no modo de produção capitalista puro, definem-se não como estratos sociais de portadores de capacidade de consumo e de prestígio social comuns, mas como grupos sociais divididos pelo tipo de relação de produção em que estão inseridos e pela conseqüente forma de apropriação ou não-apropriação do excedente econômico. No capitalismo, a burguesia apropria-se do excedente através do lucro ou “mais-valia”; na tecnoburocracia, o tecnoburocrata apropria-se do excedente através dos ordenados. Em ambos os casos, os trabalhadores continuam a participar do produto social através dos salários.

Considerar os tecnoburocratas uma classe e não uma simples camada, como eu próprio considerei durante um certo tempo, é uma decorrência necessária de se entenderem as classes como determinadas pela inserção dos grupos sociais nas relações de produção. Nas relações capitalistas de produção, em sua forma pura, temos apenas duas classes: os capitalistas e os trabalhadores. Da mesma forma, nas relações tecnoburocráticas de produção temos apenas duas classes: os tecnoburocratas e os trabalhadores. Para negarmos a condição de classe dos tecnoburocratas, devemos antes negar a existência de relações tecnoburocráticas de produção.⁸

A identificação da tecnoburocracia ou simplesmente da burocracia como uma nova classe social dominante está obviamente relacionada com as transformações materiais por que passa a sociedade capitalista à medida que ela se industrializa e se burocratiza. Ao surgir o capitalismo industrial, a burocracia era uma pequena camada ou estamento, localizada principalmente ao nível dos aparelhos do Estado monárquico-absolutista e depois no Estado liberal. Não possuía massa crítica nem um papel claro

⁸ Não cabe agora desenvolver a teoria das classes sociais no modo tecnoburocrático de produção. Esperamos poder realizar este trabalho no futuro como uma retificação em um desenvolvimento de meu trabalho anterior sobre o assunto (1974, cap. IV).

nas relações de produção que lhe garantissem uma condição de classe social e muito menos de classe dominante. Conforme observa, entretanto, Claude Leffort de forma penetrante, já em 1960:

Há uma verdadeira mutação na teoria da burocracia quando serve para descrever uma nova classe, considerada como classe dominante em um ou vários países, ou talvez destinada a substituir, no mundo inteiro, a burguesia. Esta perspectiva é sugerida pela evolução do regime russo depois da chegada ao poder de Stalin, quando a desapareição dos antigos proprietários e a liquidação dos órgãos de poder operário vão a par com uma considerável extensão da burocracia do partido comunista e do Estado, que assume a gestão direta da sociedade. Entretanto, o espetáculo das transformações sociais que acompanham o desenvolvimento da concentração monopolista nos grandes países industriais, e principalmente nos Estados Unidos, incita paralelamente uma reflexão sobre o desenvolvimento de uma classe burocrática (1960, p. 229).

O representante do grupo de *Socialisme e barbarie* estava preocupado em assinalar a mudança na teoria da burocracia, quando esta deixa de ser considerada um modo particular de organização, a organização formal, baseado na autoridade racional-legal, como sugere Weber, ou como uma simples camada parasitária, como sugeria Marx, examinando a realidade alemã da primeira metade do século XIX, para ser encarada como uma nova classe social. Evidentemente, porém, não se trata de uma simples mudança da teoria de burocracia, mas de uma mudança nessa teoria forçada pela modificação histórica ocorrida, que levou a burocracia a ganhar o caráter de classe nas sociedades industriais modernas e de classe dominante na União Soviética.

O processo de generalização da mercadoria, ou seja, a transformação de todos os bens em mercadorias dotadas de valor de troca e destinadas a serem comercializadas no mercado, traço essencial do capitalismo, também deixa de ocorrer no modo de produção tecnoburocrático.⁹ Isto não significa, obviamente, a volta à economia de autoconsumo. Estamos diante de uma economia industrial altamente sofisticada, em que o nível de es-

⁹ Afirma Yoshiaki Nakano, a partir da análise marxista: "A produção capitalista surge quando a produção de mercadorias torna-se generalizada e duas classes de proprietários de mercadorias ficam face a face e estabelecem uma relação de intercâmbio: os proprietários do capital (dinheiro financeiro, meios de produção e meios de subsistência) desejosos de aumentar a soma de valores que eles possuem (empregando trabalhadores e administrando a produção), e os trabalhadores assalariados com nada para vender senão sua força de trabalho" (1974, cap. III, p. 6).

pecialização e divisão do trabalho é muito alto, exigindo um complexo sistema de trocas. Entretanto, para que estas trocas configurem um “mercado” onde se troquem “mercadorias” no sentido capitalista do termo, é preciso que os preços dos bens trocados correspondam ao seu valor, ou seja, ao seu custo de produção (quantidade de trabalho incorporada no bem corrigida pelas variações na composição orgânica do capital de cada indústria). Por outro lado, é preciso que esses preços, assim determinados estruturalmente ou a longo prazo, reflitam no curto prazo as variações na oferta e na procura, de forma que o mecanismo de preços, operando no mercado, funcione como regulador da economia. A generalização da mercadoria, portanto, no sistema capitalista significa que os bens são trocados por seus respectivos valores de troca em um mercado que funciona como instrumento de coordenação de toda a economia.

No modo tecnoburocrático, os preços não correspondem aos seus respectivos valores nem lhes cabe o papel de principal regulador da economia. Os preços são administrados de acordo com princípios de política econômica que refletem os objetivos dos planejadores econômicos. A coordenação da economia cabe ao plano e não ao mercado e ao sistema de preços. Estes, assim como os objetivos quantitativos da produção, são fixados centralmente. Não temos, portanto, preços de mercado, mas simplesmente preços contábeis, de natureza inteiramente diversa. Conforme observa Csikosnaggy,

“o preço é, por natureza, uma categoria de mercado e como tal tem uma função reguladora. Podemos falar em *preço de mercado* se esse papel do preço é posto em prática, isto é, se o preço regula o processo econômico. Os preços dos produtores industriais não podem ser considerados preços de mercado se eles não regulam a produção industrial. Em tal caso, o preço opera apenas como um preço contábil; é um instrumento para contabilizar e controlar os processos econômicos” (1966, p. 261-2).

No modo tecnoburocrático de produção, os preços têm primordialmente este caráter contábil. Seu caráter regulador é subsidiário. Na União Soviética, os preços devem basear-se no custo médio de produção. Mas esta é apenas uma regra básica. A partir daí, os preços podem ser maiores ou menores, implicando grandes lucros para alguns setores industriais e prejuízos para outros dependendo da política econômica adotada. Conforme afirma N. A. Lubimtsev, referindo-se à União Soviética principalmente,

“a fixação dos preços ocupa um lugar importante na planificação econômica dos países socialistas. Ao planificar, o Estado estabelece preços que não estão sujeitos a flutuações incontroladas e que se baseiam nas inter-relações que o plano estabelece na economia nacional. Em geral o preço de produção é determinado com base nos custos primários industriais médios e na quantidade de acumulação fixada para a indústria em questão (1968, p. 140).

Os preços têm, assim, além de sua função contábil, uma função alocadora de recursos, privilegiando aqueles setores que se pretendem desenvolver mais rapidamente. Por outro lado, os preços podem ter funções redistributivas de renda, quando oneram como um imposto produtos de luxo. Esta última função tem pouca importância no sistema, já que é possível controlar diretamente a distribuição através da regulamentação de salários. Já o caráter alocador pode ser mais importante. Mas também aqui a operacionalidade do sistema de preços como alocador de recursos é limitada. Foi provavelmente o uso excessivo e desnecessário desse recurso de planejamento que levou a economia soviética e dos demais países comunistas a uma série de distorções e em seguida às reformas da segunda metade dos anos sessenta.

Estas reformas tinham como objetivo desenvolver nesses países uma economia socialista de mercado. Nas palavras de um de seus mais veementes defensores, na Hungria, onde ela foi levada mais longe,

a idéia básica da reforma era a de que nós deveríamos abandonar o 'modelo diretivo' como um todo. Em lugar de estabelecer metas obrigatórias para cada atividade econômica em detalhe, devemos dirigir e planejar nosso desenvolvimento econômico através de reguladores econômicos (preços, impostos, tarifas, taxas cambiais, juros, incentivos monetários, mercado, oferta e procura, etc.) que estejam de acordo com nosso sistema econômico de mercado (L. Csapó, 1966, p. 238-9).

Os limites desse tipo de reforma, entretanto, são evidentes. Em última análise, o sistema de preços de mercado só poderia ser introduzido de fato nessas economias com o sacrifício do sistema de planejamento. Ora, isto contraria o princípio básico do modo tecnoburocrático de produção de que o planejamento é um sistema de coordenação econômica superior, mais eficiente do que o sistema de preços. O sistema de preços pode ser utilizado nos quadros de um sistema geral de planejamento para auxiliar o detalhamento do plano. As limitações do sistema de informação administrativa, apesar de todo o avanço dos computadores, levam à utili-

zação dos preços também como mecanismo regulador. Mas esse caráter regulador é estritamente auxiliar ao sistema maior de coordenação econômica, ou seja, o planejamento. Não é por outra razão que Alec Nove, avaliando as reformas na União Soviética, afirma:

Os reformadores, matemáticos ou não, foram repelidos... o velho sistema, seja de idéias ou de substância econômico-organizacional, sobreviveu sem mudança fundamental (1972, p. 354).

Na Hungria estas reformas foram mais profundas, mas não chegaram a produzir o fenômeno da generalização da mercadoria do capitalismo clássico. São simples manifestações de que na formação social húngara e em menor grau na soviética, embora o tecnoburocratismo seja o modo de produção dominante, existem ainda traços do sistema capitalista.